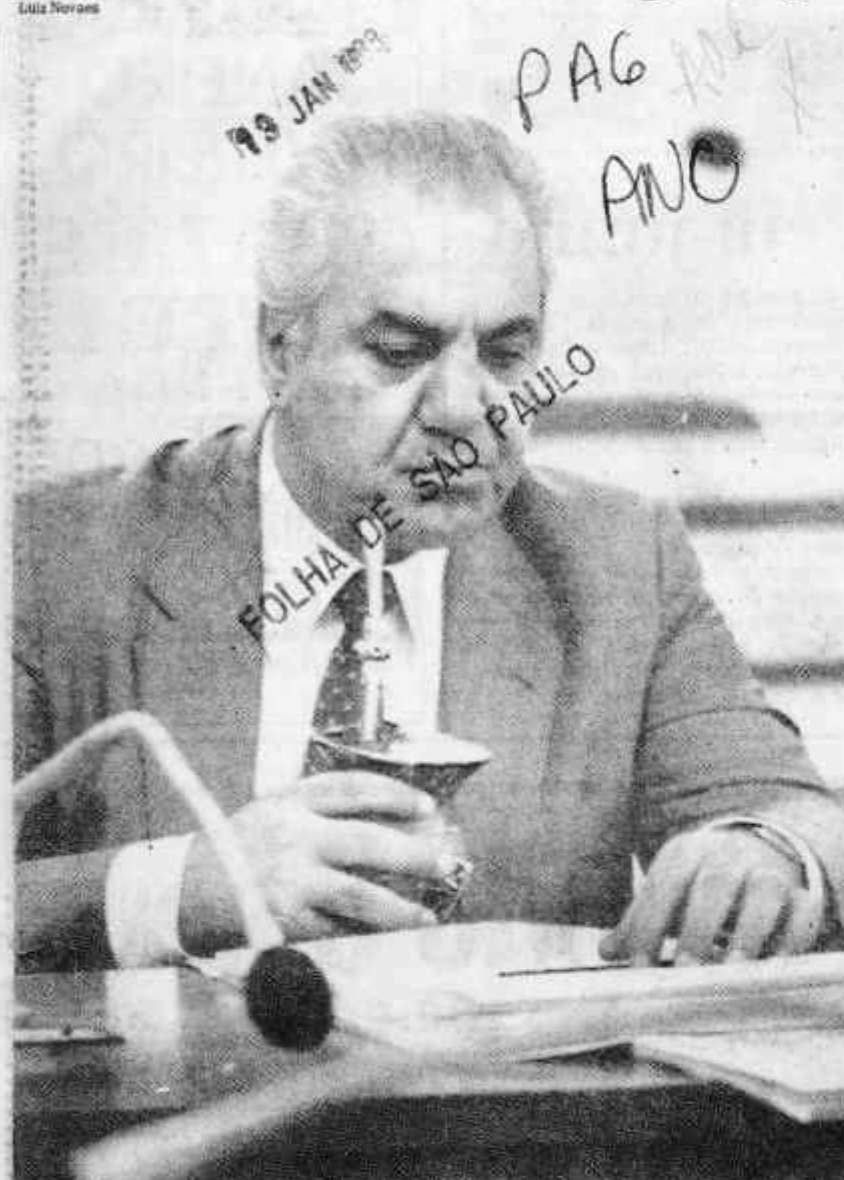


Acordo entre grupos exclui pontos polêmicos do projeto

Lúiz Novais



O senador paranaense José Richa (PMDB) toma chimarrão, ontem, em Brasília

Da Sucursal de Brasília

Apesar de muita conversa, os três principais grupos suprapartidários do Congresso constituinte — o Centrão, o "Centrinho" e o "Grupo dos 32" — conseguiram fechar ontem um acordo apenas sobre pontos secundários da nova Constituição, abrangendo 60% do texto. Resistências do Centrão, que espera obter vitórias próprias no plenário, impediram consenso sobre pontos polêmicos, como estabilidade no emprego e definição de empresa nacional.

"Não são questões tão polêmicas. Mas são fundamentais", disse a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do "Grupo dos 32", integrado por "moderados". A mesma avaliação foi feita pelo deputado José Lins (PFL-CE), o principal relator do Centrão, e pelo deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), do "Centrinho". Este acordo possibilitará

uma aceleração no processo de votação do texto constitucional.

Hoje, data final para a entrega de emendas ao texto aprovado pela Comissão de Sistematização, apenas o Centrão deve apresentar propostas apoiadas por 280 constituintes — o que permitirá que elas sejam votadas antes que as outras. Muitas destas emendas são resultado do "acordão" entre os grupos. As outras serão encaminhadas, individualmente, por representantes do "Centrinho" e do "Grupo dos 32".

"O importante é apresentar a maior gama de opções para um acordo, afirmou o deputado Virgildáσιο de Senna (PMDB-BA), do "Centrinho". A proposta de emendas conjuntas foi descartada, porque não houve conciliação sobre assuntos polêmicos. Depois de seguidas reuniões que travessaram a madrugada de ontem, a única unanimidade era a seguinte: encaminhar soluções alter-

nativas para todos os temas, que possam conquistar o apoio da maioria "moderada" do plenário.

Resistências

Ainda confiando em alcançar 280 assinaturas para todas as suas emendas, o Centrão resistiu muito em fechar alternativas conciliatórias. "Ontem (anteontem), eu estava pessimista. Mas hoje (ontem) acho que chegamos a 280", disse o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), responsável direto pela coleta de assinaturas do Centrão. Mas o deputado Gastone Righi (SP), líder do PTB, não acreditava nisto.

Confiante de vitórias próprias, o Centrão enviou apenas José Lins para a reunião entre os grupos, na tarde de ontem. Ele apenas refletia a multiplicidade de propostas de seu grupo e adia uma posição definitiva sobre soluções alternativas. "O Centrão tem dificuldades para se

entender", queixava-se Virgílio Távora (PDS-CE).

Mesmo assim, os três grupos acertaram posições comuns sobre quatro temas polêmicos: redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas; ampliação da licença gestante de 90 para 120 dias; pagamento superior em no mínimo 50% das horas extras e aposentadoria calculada no salário-contribuição integral. Uma proposta alternativa para a estabilidade no emprego foi descartada depois de divergências dentro do "Grupo dos 32" e do "Centrinho".

"A estabilidade emperrou porque nós não admitimos uma proposta enganosa", disse Sandra Cavalcanti. A partir de amanhã, os grupos começam a negociar a apresentação conjunta de "pedidos de destaque" (votações em separados de artigos). Com a diversidade de emendas encaminhadas, o "acordão" pode avançar um pouco mais nos próximos dias.

Após um ano de debates, divergências prosseguem

Da Sucursal de Brasília

Quase um ano depois da instalação do Congresso constituinte, seus principais grupos suprapartidários não conseguem chegar a um consenso sobre os temas polêmicos da nova Constituição. As vésperas das votações decisivas do plenário, o Centrão, o "Centrinho" e o "Grupo dos 32" continuam divergindo. A seguir, alguns dos temas sem acordo:

Estabilidade: O "Grupo dos 32" e o "Centrinho" querem remeter o assunto para a legislação ordinária. O Centrão quer garantir o pagamento de uma indenização progressiva.

Cada ano trabalhado garantiria o pagamento de um salário mensal, além do FGTS.

Prescrição dos contratos de trabalho: O Centrão quer a prescrição dos contratos após dois anos de seu término. O "Grupo dos 32" quer que os trabalhadores tenham direito de recorrer à Justiça até cinco anos da cessação do contrato. O Centrinho concorda com os "32".

Voto aos 16 anos: O "Grupo dos 32" concorda com a proposta aprovada pela Sistematização que faculta o direito aos menores de 16 anos. O Centrão admite apenas que o eleitor que completar 18 anos antes da data de eleição poderá votar.

Greve dos servidores públicos: O Centrão é contra. O "Grupo dos 32" aceita, restringindo-o apenas para os serviços essenciais.

Composição das bancadas federais: O "Grupo dos 32" concorda com a ampliação das bancadas para no máximo 80 deputados. O Centrão defende a atual composição, que fixa um teto de 60 deputados.

Papel do Estado na economia: O Centrão quer a exclusão da expressão "função de controle do Estado sobre a economia". Além de divergência de "forma", o "Grupo dos 32" quer a manutenção da expressão e do princípio.

Definição de Empresa Nacional: Centrão e "32" defendem a participação do capital estrangeiro no país e são contra a "xenofobia", mas divergem na "forma". A discussão fica nas definições de empresa nacional de capital estrangeiro e de capital brasileiro. O Centrão é mais liberalizante que o "Grupo dos 32" na participação do capital estrangeiro.

Conselho Nacional de Justiça: O "Grupo dos 32" defende a proposta de criação de um conselho que fiscalizará as atividades do Poder Judiciário e do Ministério Público. Os "32" mantêm o texto aprovado pela Sistematização, mas o Centrão quer suprimir o Conselho.